

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DANILO FABRICIANO DA SILVA  
LENILSON MARCELINO TAVARES

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DA METODOLOGIA NA  
ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO CARVÃO - EFAC NA EDUCAÇÃO  
DOS FILHOS DE AGRICULTORES**

Mazagão – AP

2019

DANILO FABRICIANO DA SILVA  
LENILSON MARCELINO TAVARES

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DA METODOLOGIA NA  
ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO CARVÃO - EFAC NA EDUCAÇÃO  
DOS FILHOS DE AGRICULTORES**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia da Universidade Federal do Amapá, Campus Mazagão - como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

**Orientador:**

Prof. Me. Marlo dos Reis

**Coorientador:**

Prof. Esp. Diorlando dos Santos Braga

Mazagão – AP

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá Elaborada  
por Orinete Costa Souza – CRB-2/1709

---

Silva, Danilo Fabriciano da.

A pedagogia da alternância: uma análise da metodologia na escola Família Agroextrativista do Carvão – EFAC na educação dos filhos de agricultores / Danilo Fabriciano da Silva, Lenilson Marcelino Tavares ; Orientador, Marlo dos Reis; Coorientador, Diorlando dos Santos Braga. – Mazagão, 2019.  
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá – Campus Mazagão, Coordenação do Curso de Educação no Campo - Ciências Agrárias e Biologia.

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Ensino - Metodologia. 3. Educação do campo. I. Tavares, Lenilson Marcelino. II. Reis, Marlo dos, orientador. III. Braga, Diorlando dos Santos, coorientador. IV. Fundação Universidade Federal do Amapá – Campus Mazagão. V. Título.

371.3. S586p  
CDD: 22. ed.

---

DANILO FABRICIANO DA SILVA  
LENILSON MARCELINO TAVARES

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DA METODOLOGIA NA  
ESCOLA FAMÍLIA AGROEXTRATIVISTA DO CARVÃO - EFAC NA  
EDUCAÇÃO DOS FILHOS DE AGRICULTORES**

Monografia de conclusão de curso  
apresentada ao Curso de Licenciatura em  
Educação do Campo: Ciências Agrárias e  
Biologia da Universidade Federal do Amapá,  
Campus Mazagão, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Licenciado.

Aprovada em 31 de Agosto de 2019.

Débora Mátê Mendes

Prof<sup>a</sup>. Ma. Débora Mátê Mendes

**Examinadora**

Universidade Federal do Amapá

Suany Rodrigues da Cunha

Prof<sup>a</sup>. Ma. Suany Rodrigues da Cunha

**Examinadora**

Instituto Federal de Educação do Amapá

Marlo dos Reis

Prof. Ms. Marlo dos Reis

Orientador

Universidade Federal do Amapá

Mazagão – AP  
2019

Dedicamos esta monografia a nossos familiares e amigos de curso, que sempre nos incentivaram a não desistir dos nossos objetivos e estiveram ao nosso lado para comemorar essa vitória.

**Dedicamos**

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por sua infinita bondade concedendo-nos bênçãos e nos livrando de todo o mal.

À Universidade Federal do Amapá queremos deixar uma palavra de gratidão por ter nos recebido de braços abertos e com todas as condições que nos proporcionaram dias de aprendizagem.

Nosso muito obrigado ao nosso Orientador Prof. Me. Marlo dos Reis por ter acreditado em nosso projeto desde o primeiro momento, e por sua paciência, contribuição e brilhantismo profissional.

Um agradecimento especial ao Coorientador Prof. Esp. Diorlando dos Santos Braga que foi incansável em nos apoiar com seus conhecimentos para o sucesso deste estudo.

## RESUMO

A Pedagogia da Alternância: Uma análise da metodologia na Escola Família Agroextrativista do Carvão - EFAC na educação dos filhos de agricultores a partir da constatação de que com base na educação do campo os alunos são levados a compreender e refletir suas realidades junto com a família. O partilhamento dos alternantes na educação campestre constitui suporte essencial para o aprendizado. Na Alternância é fundamental a participação dos pais, professores e comunidade na articulação da prática e teoria resultando em uma práxis, onde o aluno passa determinado tempo estudando e em seguida volta a sua comunidade, ao convívio familiar, executando as práticas educativas. O objetivo deste trabalho consiste em analisar a metodologia utilizada pela EFAC e sua funcionalidade para a educação dos filhos de agricultores, com base na Pedagogia da Alternância. Como objetivos específicos buscou-se descrever o surgimento e desenvolvimento histórico da Pedagogia da Alternância e sua relação com a Educação do Campo; compreender a percepção da comunidade escolar sobre a prática metodológica da EFAC a partir da Pedagogia da Alternância. A metodologia do trabalho combinou a pesquisa bibliográfica e a investigação de campo com os instrumentos de observação e questionário junto aos professores, alunos e pais e/ou responsáveis. O estudo permitiu inferir que a educação do campo com base na pedagogia da alternância, da forma como se encontra organizada na EFAC possibilita ampliar as oportunidades e melhoria na aprendizagem dos alunos, como resultado da combinação de instrumentos e atividades realizadas durante os períodos de tempo escola e tempo comunidade vividos na instituição.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Metodologia de Ensino.

## ABSTRACT

The Alternation Pedagogy: An analysis of the methodology at the Agro-Extractivist Family School of Coal - EFAC in the education of farmers' children from the realization that based on the education of the field students are led to understand and reflect their realities with the family. Sharing the alternates in peasant education is an essential support for learning. In Alternância it is essential the participation of parents, teachers and community in the articulation of practice and theory resulting in a praxis, where the student spends a certain time studying and then back to his community, to family life, performing educational practices. The objective of this paper is to analyze the methodology used by EFAC and its functionality for the education of farmers' children, based on the Alternation Pedagogy. As specific objectives we sought to describe the emergence and historical development of Pedagogy of Alternation and its relationship with Rural Education; understand the perception of the school community about the methodological practice of EFAC from the Pedagogy of Alternation. The methodology of the study combined bibliographic research and field research with the questionnaire instrument with teachers, students and parents and / or guardians. The study allowed us to infer that the education of the field based on the pedagogy of alternation, as it is organized in EFAC, allows to expand the opportunities and improvement in the students learning, as a result of the combination of instruments and activities performed during the school time periods. and community time spent in the institution.

**Keywords:** Rural Education. Alternation Pedagogy. Teaching Methodology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>10</b>
2.1	HISTÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	10
2.2	PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
2.3	RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	15
2.4	PEDAGOGIA DO MOVIMENTO EDUCACIONAL	17
2.5	FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	19
2.7	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	23
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>29</b>
4.1	PROFESSORES DA ESCOLA FAMÍLIA DO CARVÃO – EFAC	29
4.2	PAIS OU RESPONSÁVEIS	36
4.3	ALUNOS DA EFAC	38
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>
	<b>APÊNDICE</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia da Alternância, envolve teoria e prática, resultando em uma práxis, onde o aluno passa determinado tempo estudando e em seguida volta a sua comunidade, ao convívio familiar, executando as práticas educativas (RIBEIRO, 2013).

De acordo com Ribeiro (2013) os alunos são levados a compreender e refletir suas realidades junto com a família. O partilhamento dos alternantes do grupo constituem suporte essencial para o aprendizado, onde na Alternância é fundamental a participação dos pais, professores e comunidade.

A complexidade de culturas próprias dos camponeses, requerem uma educação voltada para as populações do campo, por meio de um processo educativo que permita afirmar essa identidade, suas tradições e culturas inerentes as suas realidades (GIMONET, 2007).

Assim, no contexto de uma educação voltada aos filhos de agricultores, considerando suas tradições, cultura, saberes próprios de uma geração que vem ao longo do tempo preservando suas raízes, neste estudo será abordada a Pedagogia da Alternância na Escola Família Agroextrativista do Carvão - EFAC e a prática educativa neste contexto rural, visto às necessidades dos agricultores se manterem no campo e estabelecer vínculo com seus filhos e estes poderem continuar seus estudos.

Dessa forma, a abordagem da temática justifica-se principalmente pela necessidade de compreender a metodologia utilizada na EFAC no sentido de contribuir para um processo de ensino que favoreça a formação dos estudantes do campo. Além disso, a prática metodológica tem repercussões diretas sobre a aprendizagem, visto que a forma como é desenvolvida torna possível que o aproveitamento do educando estimule sua participação crítica junto à comunidade na qual está inserida visando modificar sua própria realidade.

No contexto acadêmico, tratar da temática pode auxiliar na produção de material bibliográfico atualizado para que outros acadêmicos venham a se sentir movidos a pesquisar e aprofundar o assunto, contribuindo assim para que se obtenha o conhecimento apropriado sobre a prática metodológica na Escola Família Agroextrativista do Carvão (EFAC), com base na Pedagogia da Alternância.

Em termos sociais, o trabalho também se justifica, uma vez que sua discussão impacta diretamente os alunos/cidadãos que são o foco principal da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agroextrativista do Carvão, criando-se a possibilidade de transformações significativas nas condições de vida de todos os componentes dessa comunidade campesina.

Assim, a questão/problema que norteia o estudo parte da seguinte indagação: Quais os benefícios da utilização de uma metodologia que favoreça o ensino e aprendizagem dos filhos de agricultores com base na Pedagogia da Alternância?

As hipóteses do estudo afirmam que a Pedagogia da Alternância possibilita ao estudante manter seu vínculo com a família não perdendo a cultura e o laço familiar de origem. Além disso, com a prática da alternância na comunidade ajuda o estudante assimilar melhor os conteúdos que aprendeu na teoria durante períodos em sala de aula.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a metodologia utilizada pela EFAC e sua funcionalidade para a educação dos filhos de agricultores com base na Pedagogia da Alternância. Como objetivos específicos buscou-se descrever o surgimento e desenvolvimento histórico da Pedagogia da Alternância e sua relação com a educação do campo; compreender a percepção da comunidade escolar sobre a prática metodológica da EFAC a partir da pedagogia da alternância.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 HISTÓRIA E CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Sabe-se que há uma divisão de conceitos entre educação do campo e educação rural, por tanto a educação rural se configura dentro dos interesses capitalistas e do agronegócio, no qual o território é visto como um lugar de exploração e lucro por parte da classe capitalista, uma vez que a educação é menosprezada, não valorizam os saberes culturais dos educandos, onde o ensino aplicado é o mesmo que ocorre nas cidades. Segundo o parecer nº 36/2001 (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002):

[...] em 1932, nos anais do 1º. Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. Nascia ali o modelo de educação rural do patronato, que privilegiava o estado de dominação das elites sobre os trabalhadores. A educação rural como forma de domesticar os trabalhadores que tinham acesso à educação, desde então esteve a serviço dessa forma de controle sociopolítico.

Diante disso, tem-se a visão de que em muitos casos é pensado no meio rural como apenas um simples lugar e não como espaço de valorização, visto que para o poder público o meio rural não necessita de muita atenção, qualquer coisa serve como afirma os autores Kolling, Ir. Néry e Molina (1999), para mexer com enxada, para sobreviver com uns trocados para deixar de ser enganado na feira, não precisam de muitas letras. Com isso percebe-se a visão estereotipada que se tem do meio rural no qual qualquer tipo de educação serve desde que aprenda apenas escrever seus nomes e saibam passar um simples trocado, isso já basta, esta é a visão que se tem a muitos anos de um passado marcado pelo descompromisso com a educação de qualidade para estas populações.

A diferenciação conceitual entre educação rural e educação do campo, aponta o termo rural num sentido mais restrito, sendo que a expressão campo é mais extensiva, englobando diversos aspectos da vida campesina. Assim, a terminologia Educação do Campo se apresenta mais precisa para retratar o pensamento que atenda às demandas de uma educação com características específicas e que permaneça voltada para o desenvolvimento de sujeitos ativos em seu meio histórico. Neste

propósito, os autores fazem uma reflexão a respeito do tema abordado, no qual expõe que:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não mais a usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Nos anos de 1997 com iniciativa da I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo a expressão Educação Rural passou a ser denominada de Educação do Campo se dá devido à luta dos movimentos sociais por seu espaço no que diz respeito à educação, com isso fazendo valer seus direitos culturais e identitário do povo rural, segundo os autores Kolling, Ir. Nery e Molina (1999), o objetivo principal de ter mudado essa expressão foi incluir através da conferência uma reflexão a respeito do trabalho, da cultura e identidade dos mesmos.

Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida ao trabalho no meio rural (KOLLING, IR. NERY, MOLINA, 1999).

A educação do campo se configura em uma educação voltada ao interesse do povo campesino em busca de um currículo que valorize seus saberes e sua cultura, utilizando na sua metodologia de ensino a interdisciplinaridade em busca da construção do conhecimento, com um calendário escolar que seja de acordo com as necessidades local, como afirma os autores Kolling, Ir. Nery e Molina (1999). “Entende-se por escola do campo aquela que trabalhar desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo...”.

Portanto, a educação do campo tem sua origem nos movimentos de luta pela Terra, por uma educação de qualidade do e no campo, sendo uma educação pensada de forma coletiva em parceria com professores, alunos e comunidade atendendo a real necessidade do homem campesino.

A educação do campo é um conceito novo, que surgiu na década de 1990 e ainda está em construção, suas raízes é representada por lutas e mudanças nas condições sociais de vida do campo, surge através dos grupos que se movimentam e se associam por estas transformações, na exigência de valorização sobre os espaços do campo. Portanto percebe-se que a formação voltada para o meio rural é

fundamental para a manutenção da cultura do povo, pois a educação do campo tem como propósito educar o aluno para que este venha se tornar sujeito da sua própria história.

Para Arroyo, Caldart e Molina, (2009) apontam que a educação do campo surge através de uma nova visão sobre o campo. Interrogando-nos o porquê desse descaso, desse olhar negativo, preconceituoso, quais seriam os fatores que levam esse olhar, diante disso percebe-se que há um lado obscuro que vem cooperando para uma visão negativa dos direitos, das histórias, dos sonhos, religiosidade e identidade desses sujeitos.

Kolling, Cerioli e Caldart (2002), denunciam que " Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentam sujeita-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos".

Sendo assim, essas lutas por educação tiveram com principal objetivo defender o modo de vida do povo do campo, valorizando a diversidade cultural, buscando políticas voltadas para essa realidade. Arroyo, Caldart e Molina (2009) afirmam que:

É preciso educar para um modelo de agricultura que inclui os excluídos, que amplia os postos de trabalho, que aumenta as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centradas em uma vida mais digna para todos [...]. Consequentemente, exige uma educação que prepare o povo do campo para serem sujeitos dessa construção. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidas e acumuladas. Mas que também contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade que compõe hoje o povo brasileiro do campo (2009, p. 49).

Conforme explicado acima, a educação do campo deve ser voltada para o contexto social e cultural desses sujeitos e o poder público deve assumir a responsabilidade de garantir a adequação e melhoria no ensino, onde a escola do campo possa vincular na sua metodologia a realidade dos educandos que possibilite o resgate da história e cultura dos mesmos, incluindo assim no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, potencializando a valorização do campo como um espaço multicultural e indenitário.

A educação do campo é sinalizada pela exclusão social, essa exclusão favorece uma minoria que se caracteriza desde os princípios básicos de garantias humanitárias, como a saúde e educação, sendo estas, marcada com o desrespeito pelos governantes da elite que continuamente tratam a educação do campo como segundo plano (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2009).

Apesar de toda essa dificuldade, vale ressaltar que os estudantes do campo precisam e tem por direito receber um ensino digno e de qualidade. Segundo o Ministério da Educação, 2008, artigo 7º, a educação do campo deverá oferecer todo “apoio pedagógico necessário para os estudantes do campo, materiais didáticos, laboratórios, bibliotecas, etc., de acordo com a realidade local” sendo o principal objetivo proporcionar ao aluno uma metodologia adequada de forma que venha ter resultados satisfatórios em seu desempenho educacional.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) visa uma política pública de Educação do Campo que se desenvolve em áreas de Reforma Agrária, realizada pelo governo brasileiro, seu principal objetivo é busca por melhorias para o povo do campo, ou seja, visa uma melhor qualidade de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais e políticas (INCRA, 2016)

Portanto, quando se fala de educação do campo se faz necessário conhecer o modo de vida dos sujeitos que vivem na área rural, é fundamental entender a realidade cultural desses indivíduos para melhor intervir de forma positiva diante das perspectivas por políticas públicas de educação, como afirmam os autores Koliing, Ir. Nery e Molina (1999) a educação precisa ter relações com a cultura, valores e com a formação dos sujeitos que vivem no campo.

Segundo Molina e Freitas (2011), o grande desafio da escola do campo é articular os conhecimentos dos educandos formando um elo da educação com a cultura e com os conhecimentos científicos a serem apreendidos nas diferentes áreas do conhecimento.

A Educação do Campo dispõe como eixo central a existência dos indivíduos do campo na coletividade, desse modo, é possível afirmar que a mesma se fortalece através de uma grande rede social, formada por sujeitos coletivos que trabalham com ela e dela se aproximam. Sendo que,

O vínculo de origem da Educação do campo é com os trabalhadores 'pobres do campo', trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra 'o estado da coisa', para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, 2009, p. 123).

Portanto, os movimentos que defendem a educação do campo, intensificaram assim seu próprio desempenho político na organização de uma proposta pedagógica que respeite a cultura camponesa e que questione as relações de classe que marcam a realidade do campo brasileiro.

## 2.2 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Apesar de que o conceito de educação do campo vem se fortalecendo nos últimos anos, vale ressaltar que a situação pedagógica e de infraestrutura nas escolas públicas ainda é bastante precária, como relata os autores Kolling. Ir. Nery e Molina (1999), é preciso levar em consideração os problemas que a educação vem enfrentando no Brasil, não só no âmbito rural, mas em todas as escolas Brasileiras, pois, é comum essa precariedade, mas nas escolas camponesas essa situação é mais crítica uma vez que o campo vem sendo desqualificado visto como um lugar de prioridade para as políticas públicas.

No que se refere à prática pedagógica, a situação também é precária. Os professores nem sempre possui uma formação escolar superior e poucos se interessam em buscar essa formação para desenvolver um trabalho pedagógico que leve ao encontro da educação do campo. Sendo assim,

O perfil de educador do campo exige uma compreensão ampliada de seu papel. É fundamental formar educadores das próprias comunidades rurais, que não só as conheçam e valorizem, mas, principalmente, que sejam capazes de compreender os processos de reprodução social dos sujeitos do campo e que se coloquem junto às comunidades rurais em seus processos de luta e resistência para permanência na terra (MOLINA, FREITAS, 2011, p. 68).

No entanto, para se construir uma educação de qualidade para o campo, é necessário que haja políticas públicas voltadas para a realidade das comunidades, principalmente quando se trata de formação inicial e continuada dos educadores das escolas do campo. Sendo assim, são estes os problemas de infraestrutura e

pedagógicos que estão na pauta das reivindicações dos movimentos e organizações sociais do campo. Por outro lado, existem outros problemas como o fechamento de algumas escolas ou mudança de localização, postas em uma área central, entre distritos, bairros ou vilas rurais. Posto isso, muitos alunos passam a percorrer uma distância maior entre moradia e a escola, tendo que ficar horas no transporte escolar, segundo os quais:

[...] a concepção unilateral da relação cidade-campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, com finalidade de reduzir custos, e as colocam em classes separadas das crianças da cidade, reforçando de forma a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade. Ou então são colocados na mesma sala, onde são chamados de atrasados pelas colegas, ou mesmo por alguns de seus professores urbanos (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009, p. 115).

A educação do campo deve ser diferenciada para atender ao campo, aos camponeses e não com o objetivo de atender a burguesia, mas sim as reais necessidades do povo camponês. “Nesta perspectiva, as escolas do campo são uma exigência e a formação específica dos profissionais do campo passa a ter sentido para a garantia dos direitos na especificidade de seus povos”. (ARROYO, 2007). Ao se refletir a respeito da escola do campo não é simplesmente ter uma escola com boa estrutura, mas que a mesma deve ter uma educação de valorização cultural e não apenas reproduzir a educação do campo para cidade, mas que integre a cultura do povo, pois essa educação deve ser diferenciada da tradicional oferecida na cidade, tendo por obrigação uma estrutura que seja condizente com a realidade camponesa e não somente uma estrutura de escola, mas de fato algo que seja capaz de fazer a diferença no contexto educacional do campo.

### 2.3 RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A vivência no campo, como se observa, vem sendo enfrentada por famílias camponesas, ao longo do tempo como alternativa de vida para os camponeses obterem seu sustento. A vista de muitas dificuldades vivenciadas por essas famílias, características dominantes e uma heterogeneidade traçada pela cultura de vários anos, está na raiz desse povo, sejam eles, extrativista, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, entre outros, na contemporaneidade, se mantém

diante as dificuldades a vista de um futuro melhor para a vida dos filhos desses, quando necessitavam estudar enquanto os pais trabalhavam.

Em 1935, na França, quando um filho de agricultor decidiu não continuar os estudos em vista das dificuldades em se deslocar da comunidade para estudar, quando o pai do menino procurou ajuda ao Padre da Paróquia da região, onde o mesmo decidiu ajuda-los com a educação daqueles jovens, desse forma contribuiu, com a cultura inerentes a realidade daquelas famílias (MOTA, 2002).

Assim, com expansão dos Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFAS) para outros países, em 1960, chegando ao Brasil no estado do Espírito Santo em 1969, período da Ditadura Militar (MOTA, 2012).

Na perspectiva da educação do campo em relação a outro diálogo sobre educação, se debate sobre a produção de novas pesquisas, onde a precarização das condições de vida dos diferentes sujeitos, perda de seus territórios em consequência do avanço do modelo agrícola baseado no agronegócio, assim, o papel da educação e da escola do Campo, na construção de políticas públicas, é que sejam capazes de interferir nesses processos históricos (MOLINA, 2006).

Como instrumentos ou métodos pedagógicos utilizados no processo educativo pela Pedagogia da Alternância: Caderno da Realidade, Plano de Formação e Plano de estudo. No caderno da alternância estão agrupados os planos de estudos, as observações, análises, as reflexões e as comparações, conforme Gimonet, (2007):

A denominação “caderno da realidade” ou “caderno de vida” ou ainda “caderno de meio de vida” também está sendo utilizada. É mais globalizante e não deixa de ter sentido com condição de que sejam levados em consideração os diferentes setores da vida e as atividades inerentes (familiares, profissionais, sociais, culturais) (2007, p. 77).

O Caderno da Realidade é uma atividade fundamental com efeitos múltiplos, tanto de natureza pedagógica quanto formativa e educativa (GIMONET, 2007). Como instrumento de trabalho esse plano de estudo elaborado entre jovens e monitores, quando levado para suas residências com o intuito de aprofundar e trabalhar temas vinculados a realidade sócio profissional, levando o jovem a analisar e refletir sua realidade expressando suas descobertas.

O plano de formação serve para tentar responder aquilo que os jovens desejam, pois, a formação almeja partir da realidade vivida, onde diz em Estevam (2012):

[...] relaciona-se a experiência cotidiana dos jovens. Isso possibilita que o processo de ensino aprendizagem parta da realidade vivida para os conhecimentos mais abstratos apreendidos durante a semana de internato da MFR. Desta forma, o aprendizado vai avançando e se concretizando, através da aproximação entre a prática e a teoria unificadas em cada etapa da alternância (2012, pg. 81).

## 2.4 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO EDUCACIONAL

Diante da oposição de classes que estrutura nossa sociedade, em todo o processo de emancipação política no contexto social vinculado aos trabalhadores do campo, por algumas percepções, é possível alcançar grandes avanços em Políticas Públicas voltadas a essa categoria, possibilidades vistas por um governo Federal como do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fortalecida na II Conferência Nacional de Educação do Campo de 2004, com o lema “Educação do Campo: direito nosso dever do Estado”. (BRASIL, 2004).

Um dos programas que foi fruto dessas conquistas é o PRONERA, programa responsável pela escolarização em diversos níveis e escolaridade do povo do campo, criado em 1998, é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, junto com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e mais recente o PRONACAMPO instituído em 2012, que atende com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo em formar profissionais para atender essa demanda. (BRASIL, 2004).

Atualmente, muitos educadores que se dedicam ao trabalho de pesquisa, em vários níveis de ensino, demonstram preocupação com uma modalidade educativa que atende a população em regiões distantes dos centros urbanos: a educação do campo.

Nesse sentido, é comum observar que a questão do processo de ensino e aprendizagem nessas classes específicas é tema de debates em várias instâncias do sistema educacional público. Evidentemente, escola e sociedade compreendendo essa situação, que é mais recorrente do que se pensa, necessitam utilizar mecanismos que venham a assegurar não apenas a inserção de indivíduos numa

classe escolar do campo, mas, principalmente, sua permanência, evolução e conclusão dos estudos (ALVES, 2010).

Diante disso, percebe-se a necessidade de analisar a educação do campo e suas implicações no ensino e aprendizagem, admitindo-se que esse segmento educacional enfrenta sérios entraves que, direta ou indiretamente, contribui para que professores e alunos venham a ter pouco aproveitamento escolar de tal forma que as possibilidades de crescimento pessoal e educacional se tornam reduzida, levando-o a uma série de problemas educacionais e sociais posteriormente (MOTA, 2009).

Nesse sentido, a circunstância no qual a educação do campo vem atravessando a décadas, no processo de ensino aprendizagem, constitui uma das dificuldades em aprimorar o processo de aprendizagem dos alunos. Diante desse processo, em uma conjuntura educacional distinta, torna-se importante promover uma discussão que analise a situação atual da educação do campo, a fim de compreender a questão e, conseqüentemente, colaborar com alguns encaminhamentos e metodologias que favoreçam o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno.

Alguns fatores que tornam o ensino a sujeitos, a muitos contrapontos na comunidade onde é ofertado. Entre esses, pode-se apontar mais especificamente questões dentro da escola, como a organização e estrutura da instituição ou, a relação dos conteúdos de ensino selecionados para compor o currículo e as experiências prévias dos alunos.

Nesse sentido, é comum observar que a questão do processo de ensino e aprendizagem é tema de debates em várias instâncias do sistema educacional público, principalmente em relação às práticas pedagógicas e aos saberes produzido nesse segmento.

A escola e a sociedade necessitam desenvolver mecanismos que venham a assegurar não apenas a inserção de indivíduos numa classe escolar localizada no campo, mas, principalmente, a produção de saberes que possam derivar de uma prática pedagógica realmente funcional em favor desses alunos.

As técnicas desenvolvidas e as novas tecnologias que são assimiladas pelas novas gerações precisam questionar as injustiças e preconceitos contra este estudante trabalhador do campo, ao que Gonh (2014) reforça:

A postura classista, elitista, dominante de uma sociedade capitalista, burguesa, que desvaloriza e inferioriza o trabalho manual do camponês. Subestima sua capacidade intelectual de pensar, explicitando a ideia de um homem que se assemelha a uma máquina, um ser mecânico, ingênuo que não precisa saber, porque saber é poder, e poder não pode ser dado ao trabalhador. Porque o trabalhador consciente, ameaça à ordem capitalista, o lócus principal da desordem (2014, p. 23).

Esse paradigma de educação e ideologia tem sustentado o capitalismo e influenciado o pensamento humano de diversas gerações, consolidando o poder dominante, pela via de submissão, presente em diferentes espaços no qual a escola está inserida. Evidentemente, as populações do campo têm procurado resistir a certas situações de dominação, através de lutas organizadas em movimentos sociais que, ao longo do século XX tem fortalecido os trabalhadores, provocando ações que obrigam os governos brasileiros a implementar alguns anseios dos trabalhadores do campo dentro do cenário das políticas públicas para a educação (CARVALHO, 2017).

## 2.6 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Diante das conquistas e do reconhecimento de um direito voltado as classes sociais menos favorecidas, foram vinculadas à Constituição Federal de 1988, assim, diz no Art.6. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Leis que garantem esse direito diante das conquistas enfrentadas pelos movimentos sociais, consolidando assim, a efetivação das políticas públicas em atender as comunidades rurais, como na LDB/96 nos artigos 23 e 28, determina que:

Art.23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A legislação aponta para a necessidade de uma escola que atenda as especificidades da educação do campo e amparem a educação na sua totalidade a respeito das dimensões educativas presente na realidade camponesa. Sendo assim, é um grande avanço no que se refere as lutas dos movimentos sociais, pois, "fortalecer a luta pela educação do campo é importante porque é na esfera da atuação do Estado, do público, que temos que fortalecer nossa demanda" (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2012).

As políticas públicas para educação no meio rural por muito tempo ficaram no esquecimento, e ainda na atualidade o governo continua favorecendo a classe dominante, com a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, CNE/ CEB nº 01/2002, "a identidade da escola do campo seja própria da realidade dos sujeitos que nela estejam inseridos, levando em consideração a temporalidade e saberes próprios dos sujeitos, no coletivo, na rede de ciências e tecnologia e nos movimentos sociais", representando um grande avanço, que apesar de muita luta pela primeira vez na história da educação foi produzido um documento legal que se preocupa com o ensino educacional dos povos do campo.

Com as primeiras inclusões na legislação brasileira, como no referido no Art. 212 (\*) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Parágrafo único- "Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual" (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2012).

Nesse contexto, tem sido estabelecido um conjunto de parâmetros e referências legais para atender as necessidades educacionais do povo camponês e destacando o papel do estado em assegurar condições para o bom funcionamento dessas escolas, bem como, a formação e valorização dos professores e a participação da comunidade no que diz respeito ao controle das políticas públicas do seu meio. Kolling, Cerioli, Caldart, (2012) "Construir a educação do campo significa formar educadores e educadoras e desde o povo que vive no campo com sujeitos destas políticas que estamos ajudando a construir e também do projeto educativo que já nos identifica".

Pode-se dizer que as pessoas que vivem no campo merecem ser reconhecidas e com direito a uma educação diferenciada daquela que é oferecida na cidade, surge então medidas a ser tratadas, bem como a Lei nº 9394/96, e as Diretrizes operacionais para a educação do campo, que propõe medidas de adequação para estas escolas. Pois, como relata Edla de Araújo Lira Soares no parecer nº 36/2001 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo à CEB, 04.12.2001, a educação do campo, “ tem um significado que incorpora os espaços da floresta, [...], mas os ultrapassa os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas”.

Nesta perspectiva faz-se necessário citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96- LDB, artigo 28, onde se estabelece medidas de adequação e princípios sobre as novas concepções de educação do campo. “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”.

- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.
- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Essas medidas são inovadoras no que diz respeito ao processo adaptação e adequação do processo escolar para a população do campo, reconhecendo assim sua diversidade sociocultural e o direito à igualdade desses sujeitos.

Posto isso, dar-se a continuidade ao raciocínio a respeito da respectiva lei a qual cita no art. 26. Sobre uma concepção da base nacional comum e um de formação básica do cidadão que contemple as especificidades regionais e locais.

Nesta direção, o Art. 26. afirma que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Partindo desses pressupostos Edla de Araújo deixa claro que se deve valorizar a especificidade do próprio indivíduo então, por exigência da própria lei é necessário que haja uma garantia de inclusão e valorização do modo de vida social dos mesmos,

"respeitando-se a diversidades acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades", (KOLLING, CERILO, CALDART, 2012).

Para complementar ainda mais as conquistas alcançadas na luta pela educação do campo, em 2002, foi aprovado pelo conselho nacional de educação, da resolução CNE/CEB 1 de 3 de abril As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, levando em conta a “diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira”, isso mostrou que o povo do camponês não pode ficar de fora do contexto educacional. Diante disso, no texto dessas Diretrizes, se estabelece no parágrafo do artigo 2º, a concepção da escola camponesa:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2012).

Esse documento afirma que a identidade da educação do campo é composta por questões essenciais à sua realidade, baseando-se na identidade, saberes próprios dos estudantes, nos movimentos sociais, entre outros. O documento destaca a importância das propostas pedagógicas, nas quais as escolas do campo devem levar em consideração as diversidades em todos os aspectos, sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Assim percebe-se que é responsabilidade de todos os órgãos de educação, cumprir com as exigências a respeito das escolas do campo, garantindo o acesso à educação a toda população do campo. No artigo 7º afirma que:

É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2012, p. 73).

No que diz respeito a formação dos professores, o documento prevê formação para todos os professores em nível básico, os mesmos devem ter como qualificação inicial o curso de licenciatura, de acordo com o artigo 67 da LDB os sistemas de ensino

irão incrementar políticas de formação inicial e continuada para os professores leigos, promovendo assim o aperfeiçoamento da prática docente;

No Artigo 13 constam as condições fundamentais para o desenvolvimento real da escola do campo, com a formação dos professores para a docência nas escolas do campo, o reconhecimento das crianças, jovens e adultos do campo como principais sujeitos na construção do conhecimento a partir de suas próprias realidades, ou seja, do lugar onde vivem (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002, p. 38).

Assim, as diretrizes Operacionais para a educação básica do campo, propõe desenvolver conteúdos específicos a identificação a identidade de um modo de vida social do camponês, e delimita o que é rural e urbano sem perder de foco o ensino nacional.

## 2.7 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dos avanços que vem acontecendo a respeito da educação do campo merece destaque o Plano Nacional de Educação (2014-2024) aprovado pela lei nº 13.005 de 25 de junho do 2014. Nesse plano é pautado metas e estratégias que priorizam a especificidade da educação camponesa, propondo um ensino que valorize e que proponha uma educação de qualidade com os conteúdos próprios para os estudantes da zona rural. Em vista disso, as metas do PNE:

São orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (MEC/SASE, 2014, p. 135).

Esse plano nacional de educação direciona a política de igualdade de forma que ela possa ser praticada na garantia do reconhecimento da diversidade, promovendo oportunidades necessárias visando o respeito as diferenças. No que se refere ao povo do campo quando se fala de inclusão e valorização percebe-se não somente a falta de comprometimentos com a população excluída de nossa sociedade, como também a falta de resgate dos saberes desses sujeitos, no qual a educação se destina na

busca de valorização da cultura, na relação com o mundo do trabalho com a realidade dos mesmos.

Com isso, trabalhar a especificidade da escola do campo reconhecendo a condição e a diversidade desses sujeitos de uma forma que venha estabelecer a qualidade do ensino e o reconhecimento das diferenças de modo que venha garantir a igualdade e uma educação digna para todos. Como afirma Kolling, Cerioli, Caldart, (2002), que o eixo principal da educação é propor uma educação igualitária a todos “que se encontram fora do lugar”.

Esse Plano visa uma escola única para todos independente de classe social ou meio e que o alunado se encontra sendo que “Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País” (MEC/SASE, 2014).

Em todas as metas relacionadas no PNE propõe medidas para que as mesmas sejam alcançadas e cita de forma indireta estratégias no que diz respeito a Educação do Campo. A única meta que faz referência direta a educação do campo é a meta 8, essa meta aborda o seguinte item, “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional” (ALVES, 2017). No entanto, em nenhuma de suas sete estratégias voltam a mencionar diretamente a educação do campo, sendo utilizada a expressão “segmentos populacionais considerados”.

Segundo Almeida (2010) quanto aos conteúdos nas escolas rurais do campo, o autor questiona

por que não aproveitar os saberes dos alunos que trabalham na coleta do açaí e na pesca do camarão? Por que não discutir a falta de apoio governamental, o escoamento da produção, que faz com que os atravessadores comprem o produto por um preço irrisório, mantendo o ciclo de exploração cabocla, que é um fato histórico na Amazônia? Esses conteúdos não são oficiais, mas podem ser oficializados nos encontros entre educador e educando (2010, p. 63).

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no artigo 5º evidencia-se o que deve ser contemplado na proposta pedagógica da escola do campo, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/96.

As propostas pedagógicas das escolas campo devem, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprimento imediata e plenamente o estabelecido nos arts. 23, 26 e 28 da Lei 9.394 de 1996, contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002, p. 29).

Observa-se que, conforme esse dispositivo legal, toda e qualquer proposta pedagógica deve estar em harmonia com as diferenças e a diversidade existentes entre os alunos que participam da educação no campo nos aspectos sociais, culturais e econômicos de modo que possam abarcar todos em suas percepções e modos de viver.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado na Escola Família Agroextrativista do Carvão (EFAC). A pesquisa tem como base o método de procedimento relacionado a análise descritiva e qualitativa. Descritiva porque busca “descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência” (SEVERINO, 2012, p. 42).

Sobre o *lócus* da pesquisa pode-se afirmar que um amplo debate dos movimentos sociais do campo, liderado pelo Senhor Tomé de Souza Belo e João Gerson Moraes Cardoso, a partir de 1995, iniciou o processo de discussão e formação sobre a importância das Escolas Famílias através da Pedagogia da Alternância no atendimento à educação de adolescentes e jovens das comunidades rurais do município de Mazagão, que se encontravam fora do contexto escolar. Todo esforço dessas lideranças das comunidades, protagonizou em 1997 a fundação da Escola Família Agroextrativista do Carvão - EFAC, localizada no Distrito do Carvão – Município de Mazagão, atua com Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e Ensino Médio e Educação Profissional – Técnico em Agroextrativismo e seus conteúdos são validados pela documentação, tais como:

- O parecer de Autorização do Ensino Fundamental e Médio nº23/05 - CEE/AP.
- O parecer de Reconhecimento do Ensino Fundamental e Médio nº018/09 - CEE/AP.
- O parecer de Autorização do Curso Técnico em Agroextrativismo e Recursos de Produtos Florestais Nº. 13/06 - CEE/AP.

A Escola Família do Carvão é composta por famílias das comunidades da região da Foz do Mazagão Velho, Mutuacá, Mazagão Novo, Rio Preto, Maracá, Cajari, Ilha do Pará, e Comunidade do Carvão, são moradores tradicionais denominado de extrativistas e ribeirinhos, que desenvolveram uma relação harmoniosa com a natureza, onde a sua sobrevivência depende fortemente da conservação dos recursos naturais. A cobertura florestal da região é típica da região do estuário Amazônico, com predominância de açazais e seu solo é argiloso de várzea com influência do fluxo e refluxo das marés.

O meio de produção e economia das famílias da região encontra-se centrada nos recursos naturais da base extrativista florestal como o açaí, madeira, castanha do Brasil, óleos e outros de menor relevância e o extrativismo das águas com a pesca do

camarão e peixe de água doce. As atividades produtivas são realizadas através do regime de mãos de obra familiar, mais com divisão clara de certas atividades, como por exemplo, a coleta do açaí, essa atividade é executada exclusivamente pelo conjunto da mão de obra familiar.

Quanto às atividades agrícolas, depois da colheita entregam os produtos para os atravessadores chamados de “patrão” ou trazem para a cidade. Entretanto a renda familiar é reforçada pelo recebimento da “Bolsa família”, “Renda para viver melhor”, “Auxílio defeso”, “Auxílio maternidade” e a “Bolsa verde”.

Este estudo qualitativo utilizou os instrumentos da observação e entrevistas. Sobre a observação é importante destacar que se trata de instrumento de coleta de dados que permitiu-nos interagir com os sujeitos protagonistas da EFAC e através dela pudemos buscar e perceber de perto o funcionamento, as relações, os conflitos, as possibilidades e os limites existentes nesta escola. Sobre a observação, Marconi e Lakatos afirmam que

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade (2010, p. 174).

A coleta de dados seguiu passo a passo os seguintes procedimentos: Inicialmente, foi feita a reunião no contexto escolar, ocasião em que foram discutido os aspectos referentes a metodologia utilizada na EFAC, após foram agendadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

O presente estudo é baseado em entrevistas com 02 professores (1 do Ensino Fundamental II e um do Ensino Médio), 06 alunos (3 do Ensino Fundamental e 3 do Ensino Médio), 02 ex-alunos (1 do Ensino Fundamental e 1 do Ensino Médio) e 03 pais (2 do Ensino Fundamental e 1 do Ensino Médio) além da pesquisa documental. Para isso, foram pesquisados artigos inscritos em bibliotecas virtuais, além da pesquisa em obras acadêmicas, revistas e periódicos.

Nesse aspecto seguiu a ordem, proposta por GIL (2002), onde se desenvolveu uma leitura exploratória, que tem como objetivo verificar o quão útil o conteúdo é para a pesquisa, logo após, foi feita a leitura seletiva, onde determinará o material, que de fato interessa a pesquisa, logo após a leitura analítica, para ordenar as informações

contidas nas fontes, de maneira que estas contribuam para a obtenção de respostas ao problema proposto pela pesquisa, para finalizar fizemos a leitura interpretativa.

Portanto, desenvolvemos uma análise sobre a escola Família contextualizando de forma direta as respostas dos entrevistados com a sua própria realidade, de onde vivem e seus principais idealizadores para tratar de uma pedagogia voltada para o povo do campo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 PROFESSORES DA ESCOLA FAMÍLIA DO CARVÃO – EFAC

Nessa sessão trataremos dos resultados da pesquisa, onde discutiremos as respostas dos entrevistados de acordo com a pesquisa feita na EFAC com base na pedagogia da alternância.

Nessa seção abordaremos um aspecto importante na vida de qualquer profissional da educação, no intuito de analisar a formação e sua contribuição na pedagogia da alternância.

Os professores são os responsáveis diretos pelo processo de ensino e aprendizagem e, como educadores do campo que fundamentam suas práticas na Pedagogia da Alternância desenvolvendo atividades de ensino que possibilitam o aprendizado dos alunos fazendo com que eles percebam a importância da sua realidade cultural e suas identidades como sujeitos que vivem no campo.

Apesar desse ensino que é especificamente para o povo do campo, nesse contexto os professores, e demais segmentos das comunidades escolares, que estão localizadas em regiões agroextrativistas e ribeirinhas entre outras categorias do campo, políticas educacionais de socialização e conscientização estão voltadas para efetivação de parceria entre a comunidade e a escola. Assim, as questões giram em torno de aspectos como:

**Tabela 01**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: Qual a sua formação profissional?</b>
<b>P-01</b>	Licenciatura Plena em Matemática
<b>P-02</b>	Licenciatura em Educação do Campo (Biologia e Física)

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se que a formação dos professores é adequada para exercerem suas funções e, portanto, estão habilitados para assumirem a posição de mediadores do processo de ensino e aprendizagem em suas áreas específicas.

Em relação à formação dos professores, observa-se que os mesmos estão preparados para assumirem um papel específico, atuando na área que lhe cabe, onde uns dos entrevistados P2 já tem uma qualificação na educação do campo.

Sendo assim, é na sala de aula que o professor expressa suas convicções pedagógicas, sua formação profissional, as aspirações e tendências culturais da comunidade escolar em que está inserido e de toda uma gama de fatores que o levam a definir uma prática pedagógica.

O conhecimento escolar é, dessa forma, uma instância própria de conhecimento, resultante de todas as interações existentes antes e durante o processo de sua concepção e que se configurará em experiências vividas no espaço da sala de aula (SOUZA, 2001).

O professor nesse processo exerce sua função a partir da experiência e vivência dos alunos, buscando conhecer a realidade local, flexibilizando o currículo escolar de acordo com a realidade do aluno, de modo que lhe assegure o processo de ensino e aprendizagem e potencialize o conhecimento do aluno.

Entretanto um aspecto que não foi mencionado pelo professor P1, refere-se à habilitação específica para trabalhar com a educação do campo, mas que pelos tempos de trabalho já tem um desempenho de atuação, e os mesmos que atuam na escola, alguns possuem formação que complemente e possibilite à adequação a essa modalidade de ensino.

Haja vista que estes profissionais lançam mão da formação que possuem em Pedagogia e dos subsídios teóricos vistos durante o curso para desenvolver sua prática pedagógica.

**Tabela 02**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: Há quanto tempo atua na educação do campo com base na Pedagogia da Alternância?</b>
<b>P-01</b>	14 anos
<b>P-02</b>	Há quase 5 anos

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se que o tempo de atuação na educação do campo é algo importante na medida em que pode fazer a diferença no desenvolvimento de um trabalho realmente dinâmico, motivador e funcional.

Assim, de forma geral, os professores já lidam com a educação do campo há pelo menos 04 anos, sendo que o professor que há mais tempo atua nesse segmento educacional já possui 14 anos de experiência.

Para se atender aos objetivos da formação de professores para a educação do campo é necessário que formadores e pesquisadores levem em conta a necessidade de olhar, compreender, considerar e respeitar as necessidades dos profissionais que se dispõem a assumir esse desafio, considerando-os como parceiros na construção do saber.

A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos e plano de carreira, a qualidade do livro didático, recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almejada implica colocar, também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira (PCN, 2002, p. 122).

Conforme PCN, diz que são necessários investimentos para educação considerando ainda mais satisfatória o desempenho do educador, no sentido de melhoria de salários, plano de carreira, material e livros didáticos fazem parte desse contexto nas atividades escolares, possibilitando o educador a prosseguir sua carreira, aprimorando a qualificação desses profissionais, são recursos necessários que os motivam em sua profissão.

Assim formação continuada para os professores apontam que as horas de estudo dentro da escola possibilitam a reflexão na prática escolar são uma das bases para que o professor busque na sua formação.

**Tabela 03**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: Você fez alguma especialização para trabalhar com a educação do campo?</b>
<b>P-01</b>	Não tem especialização nessa área, mas tenho a experiência necessária.
<b>P-02</b>	Não.

Fonte: elaborada pelos autores

Nota-se que as respostas dos professores tornam claro que os mesmos não têm especialização para trabalhar com a educação do campo, apesar de possuírem especialização em outras áreas, somente P2 é Licenciado em Educação no Campo com ênfase em Biologia e Física.

Assim, diante dessa constatação, pode-se observar que cada professor possui um dever importante na formação de seus alunos, mas que se empenham para entender esse sistema diferenciado. Dessa discussão e reflexão percebemos as necessidades reais dos docentes para sua formação, sendo específica para o campo.

Nessa perspectiva, assim o educador se empenha construindo fundamentos para sua qualificação, valorizando seu público, possibilitando uma educação de melhor qualidade, Demo explica:

O perfil do professor moderno apresenta-se muito diferente do usual entre nós. Tratando-se do profissional dos profissionais, no sentido de que constrói os fundamentos de todo e qualquer perfil profissional, seria o caso merecer devida valorização socioeconômica, além de preparação acadêmica primorosa, também para representar uma prova de cidadania (DEMO, 2000, p. 59).

Nesse sentido, melhor qualificação, adquirir mais competência significa trabalhar no sentido da valorização do professor na educação do campo, reconhecendo-se que das conquistas deste profissional resulta em uma real esperança para uma escola melhor, sendo importante para a escola do campo formação específica que possibilite o profissional a entender esse sistema de ensino.

**Tabela 04**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: O que você acha dos recursos que são utilizados na educação do campo? Por quê?</b>
<b>P-01</b>	Os recursos são bons, o que falta é capacitar melhor os professores para trabalhar com os mesmos.
<b>P-02</b>	São poucos, mas buscamos utilizar o que temos da melhor forma possível.

Fonte: elaborada pelos autores

Compreende-se que as respostas dos professores dão conta de que os recursos didáticos e pedagógicos utilizados na educação do campo são bons, entretanto, são poucos, mas buscam utilizar o que tem da melhor forma possível. Esses recursos geralmente vêm em quantidade reduzida, para atender a demanda do processo de ensino e aprendizagem, na realidade o recurso para se trabalhar com a educação do campo na escola ainda deixa a desejar, pois ainda são limitados, mas é adaptada a realidade dos alunos, conforme LDB.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, Art. 32. Da seção III, inc. II, relacionada ao Ensino Básico, dispõem sobre o uso dos recursos

tecnológicos no contexto escolar, explicando que um dos objetivos é a formação básica do cidadão mediante “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 1996).

Isso indica que na educação do campo, as utilizações dos recursos tecnológicos fazem parte do cotidiano da prática pedagógica do professor. Mesmo as mais simples tecnologias são fundamentais para que o aluno se sinta estimulado a ampliar sua aprendizagem em busca de uma formação cidadã que o habilite para colaborar nas mudanças sociais, superando as desigualdades e contradições. É gestos como esse que fazem a diferença na vida de um aluno, o bom professor transforma a sala de aula em um ambiente agradável, estimulando sempre o aluno a desenvolver suas atividades.

**Tabela 05**

SUJEITOS	QUESTÃO: Além dos livros didáticos, quais outros recursos que você utiliza na educação do campo?
P-01	O próprio ambiente campesino onde ocorrem as aulas além do material que os alunos podem trazer de sua própria propriedade
P-02	Para as aulas de Biologia os próprios recursos naturais encontrados na natureza

Fonte: elaborada pelos autores.

Através das respostas dos professores nota-se que estes fazem um esforço consciente para utilizar recursos didáticos e pedagógicos que estejam à disposição. Na realidade, além dos materiais fornecidos pelo MEC, os professores aproveitam os recursos encontrados no ambiente campesino e agroextrativista para ministrar as aulas.

Nesse sentido o professor tem um papel fundamental, por tomar a responsabilidade para si à função de mediador do conhecimento e dos instrumentos que podem facilitar o acesso dos alunos aos recursos e possibilidades que as novas tecnologias oferecem no espaço escolar.

No planejamento a ser efetuado, leva em conta a realidade do aluno, relacionado ao seu meio, onde a escola tem como objetivo principal em manter a identidade do aluno despertando o seu interesse em novas experiências.

**Tabela 06**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: Como conhece a realidade dos seus alunos?</b>
<b>P-01</b>	Nossos alunos são carentes, mas os pais fazem o possível para atender as necessidades dos mesmos.
<b>P-02</b>	Conheço a realidade deles. São de baixa renda (extrativismo vegetal) pesca, caça, extração de açaí (a maioria é Bolsa)

Fonte: elaborada pelos autores.

As respostas dos professores espelham a realidade socioeconômica dos alunos que estão integrados a educação do campo. São alunos que pelas suas próprias condições de vida ainda sofrem com a escassez de recursos econômicos para melhorar a sua própria aprendizagem.

Os alunos participantes da educação do campo lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. A falta de perspectivas em relação ao mercado de trabalho, a pouca qualidade da educação ofertada no campo e as péssimas condições de vida, comprometem o seu processo de aprendizagem.

**Tabela 07**

<b>SUJEITOS</b>	<b>QUESTÃO: O material didático e os recursos pedagógicos que você utiliza estão coerentes com a realidade de seus alunos? Por que?</b>
<b>P-01</b>	Sim, pois quase todos já conhecem e os que ainda não viram se interessam bastante.
<b>P-02</b>	Sim, pois o ensino aqui é o mesmo que se dá nas escolas da cidade, sendo que, existem também os alunos ribeirinhos e aqueles cujas famílias sobrevivem da atividade agroextrativista.

Fonte: elaborada pelos autores.

Nas respostas dos professores, prevalece a percepção de que o material didático e os recursos pedagógicos que estes profissionais utilizam na educação do campo são coerentes, pois de certa forma fazem parte do dia-dia do aluno. O que se nota, principalmente são conteúdo da própria realidade que os alunos vivenciam.

Nesse processo de ensino, percebemos o interesse dos alunos, pois além dos materiais didáticos usados pelos professores eles buscam outras formas para ensinar, assim, sempre incentivando o aluno, no processo de construção do conhecimento, baseados nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais os indivíduos estão inseridos.

Embasado neste contexto os professores buscam por conta própria, enriquecer cada vez seus conhecimentos, dos conteúdos sistematizados, aproximando do contexto sócio cultural no qual está inserido o aluno do campo, acreditando que a construção do conhecimento é constante, como diz o autor:

Ensino por que busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para “conhecer o que não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2002, p. 26).

Assim o papel do professor nesse contexto e sempre estimular o aluno, buscando métodos de ensino diferenciado, usando a seu favor recursos didáticos favorecendo a realidade do aluno, nesse caso a EFAC por ser uma escola que atente semente o povo do campo tem essas especificidades sempre respeitando a vivencia dos alunos.

**Tabela 08**

SUJEITOS	QUESTÃO: Quais as dificuldades encontradas na sua jornada profissional?
P-01	O grande déficit aonde os alunos chegam à escola devido à maioria vir da educação modular
P-02	A falta de valorização do professor do campo. Espaço físico adequado, material didáticos especialmente uma especialização na área.

Fonte: elaborada pelos autores

Percebe-se nas respostas dos professores que as dificuldades encontradas na prática profissional na educação do campo são as mais variadas possíveis, indo da falta de valorização do professor do campo, espaço físico, materiais didáticos não adequados à realidade do aluno do campo e a falta de especialização dos professores para atuar nesse segmento de ensino.

Diante desses desafios cada vez mais complexos afetam a qualidade da educação do campo e, por conseguinte, a própria prática pedagógica do professor. Segundo Scocuglia (2010) nenhuma ação isolada é suficiente, sem respaldos de políticas públicas voltadas a educação do campo, que abriga cidadãos brasileiros que moram em regiões interioranas.

As escolas por sua vez, em suas práticas atentando para as exigências formativas dos professores para trabalhar com esse segmento educacional, com preparo adequado, com metodologias diferenciadas de outras modalidades, por isso que se exige uma formação sistemática, em vista de uma relação pedagógica com os alunos que são dotados de experiência sociais vitais que não podem ser ignoradas.

Nessa seção foram abordados os resultados e discussão, onde falamos de todos os aspectos dando uma ênfase maior para prática pedagógica e como esse sistema é usado na EFAC do carvão.

## 5.2 PAIS OU RESPONSÁVEIS

Foi aplicado um roteiro de entrevista direcionado aos pais onde, Pa1 (pai número 1), e Pa2 (pai número 2) questionou-se como eles viam a aprendizagem do filho na escola e se os professores passavam pouca tarefa de casa para o filho. O participante Pa1 disse que considerava “boa” a aprendizagem e que os professores “não” mandam pouca atividade para o filho.

Isso demonstra que os pais desenvolvem uma percepção positiva sobre a escola e o ensino ministrado, principalmente por acreditarem que a instituição e os professores têm conseguido ajudar o aluno a tirar proveito do processo de ensino e aprendizagem.

Questionou-se dos pais como é a participação na escola, principalmente se estes comparecem quando solicitados. A resposta de ambos foi “sim”, mas que “não” participam das reuniões e também “não” conseguem tirar suas dúvidas com os professores.

Compreende-se que, nesse quesito, os pais, de certo modo, até se interessam em comparecer na instituição quando convocados, mas que a participação efetiva durante a realização de reuniões, tirando dúvidas não acontece. Esse dado é importante, pois evidencia que os pais não conseguem ter uma participação plena no processo educacional do filho.

Na atualidade, é cada vez mais frequente a discussão em torno da importância da família na formação do caráter da criança, haja vista que o papel fundamental da família é antes de tudo educativo.

Soares (2009) informa que é preciso partir da razão básica de que a família representa o primeiro contato da criança com o mundo repleto de diferenças, deduz que qualidades como confiança e dedicação acabam sendo estimada num grau sem precedentes, vez que a própria sociedade não busca inclui esses valores numa extensão considerável.

Essa é uma situação recorrente na sociedade atual, de modo que os jovens muitas vezes se sentem sem estímulo para seguir valores, princípios e sentimentos socialmente incentivados como a compreensão, o respeito e a solidariedade (LIMA, 2010).

Ainda que ocorram pequenos desacertos em alguns propósitos educacionais da família para com a criança, a escola interagindo com os pais se concentrarão em administrar, sem pressões ou escolhas futuras que, indubitavelmente, se manifestarão no aluno (MEDEIROS, 2008).

Ajudar o filho ou a filha a enxergar na escola um lugar onde é possível se identificar, reconhecer-se e reencontrar-se descobrindo potencialidades tantas vezes insuspeitas, representa um alvo a ser alcançado, particularmente porque se elimina a prática do estabelecimento de regras auto impostas, ou mesmo acordos nunca verbalizados entre pais e filhos (ALVES, 2009).

Quando perguntado ao pai a respeito do desenvolvimento do filho, o responsável participante disse que está “satisfeito” com o que a escola tem oferecido e a forma como conduz o ensino formal do aluno.

Nota-se que esta satisfação dos pais ainda é decorrente de uma percepção superficial, sem entrosamento pleno com o processo de ensino e aprendizagem do filho. Diante disso, seria essencial que os responsáveis assumam suas responsabilidades como apoiadores ou colaboradores da escola.

Não deixa de ser verdade, porém, que muitos insistem em dizer que a família não tem um papel tão decisivo assim na promoção da busca pelo crescimento individual. Para isso alegam que o ser humano é muito mais livre, os compromissos são desimportantes, que tudo mudou.

Esse quadro de tantas contradições obriga as famílias a redefinirem seus papéis a fim de que a educação transmitida à criança seja marcada por valores positivos (ALVES, 2009).

Na realidade, a tendência ao conflito de autoridade aumentou nas últimas décadas do século XX e tornou-se intenso neste início de século, impede que a questão seja analisada mediante o prisma correto (NUNES, 2012).

No que se refere ao princípio da afetividade é necessário especificar que este não está configurado explicitamente na Carta Magna, pois é o resultado de transformações ocorridas ao longo dos anos nas relações entre os filhos e os demais componentes da família, fundamentando-se acima de tudo na relação de afeto que deve existir entre os seus membros, especificamente quando se trata de proteger os interesses da criança e do adolescente (MEDEIROS, 2008).

Percebe-se, desse modo, que o afeto é essencial para o fortalecimento das relações familiares, as quais são reforçadas pelo convívio entre os membros da entidade familiar.

Atualmente, a conjuntura revela que a educação e a família possuem papéis que ora diferem, ora convergem, demonstrando que ainda há muita dúvida em relação ao nível de envolvimento e da presença de uma instituição no espaço da outra. Naturalmente, muitas oportunidades são desperdiçadas na atualidade de se estabelecer uma unificação em torno do objetivo principal: ajudar a criança a encontrar seu espaço em sociedade sentindo-se segura daquilo que é capaz de realizar.

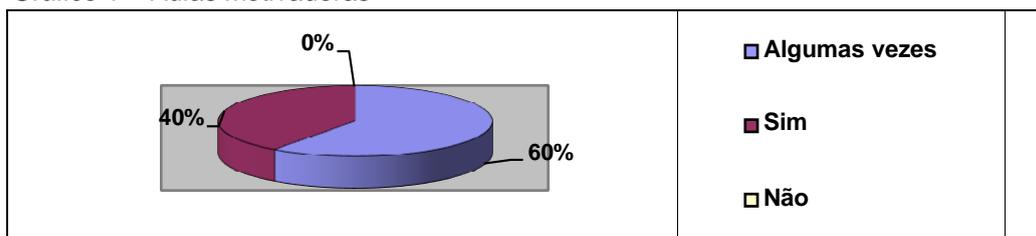
### 5.3 ALUNOS DA EFAC

Nessa seção vamos discutir as respostas dos alunos, em relação de como eles percebem as interações do professor, aulas, visita dos pais na escola, na percepção dos alunos.

Para os alunos as perguntas foram mais objetivas e fechadas para que se compreender de imediato, a percepção que tinham em relação ao próprio processo de ensino e aprendizagem na Educação do Campo.

Inicialmente, perguntou-se aos alunos se as aulas que assistem são motivadoras.

Gráfico 1 – Aulas motivadoras



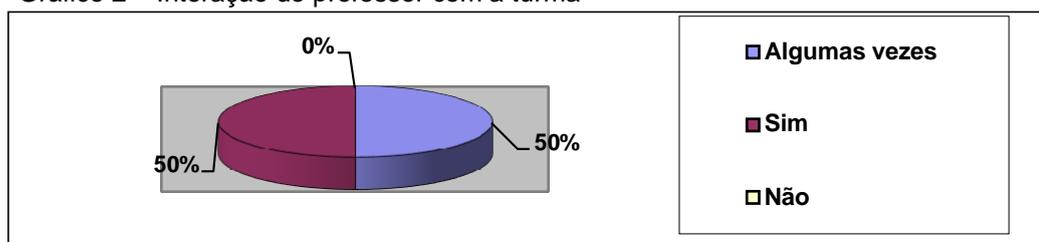
Fonte: produzido pelos autores.

Os alunos, através das respostas fornecidas em sua maioria, disseram que as aulas algumas vezes são motivadoras enquanto outros afirmaram que as aulas são estimulantes. Os professores se esforçam para oferecer uma aula dinâmica e que despertam a atenção dos alunos em sala de aula.

Entretanto, conforme as respostas dos professores a falta de recursos didáticos mais atualizados e atraentes cria barreiras aos alunos para participarem das aulas. Verificou-se que os professores demonstram enfatizar mais os conteúdos relacionando a teoria com a realidade do aluno, tornando o conteúdo mais vivo e interessante a ponto de a educação do campo vir a se tornar concreta e facilmente aplicável no dia a dia desses alunos.

Outra questão dirigida aos alunos buscava saber se o professor interagia com a turma dialogando, propondo aulas diferenciadas e orientando sobre as atividades.

Gráfico 2 – Interação do professor com a turma



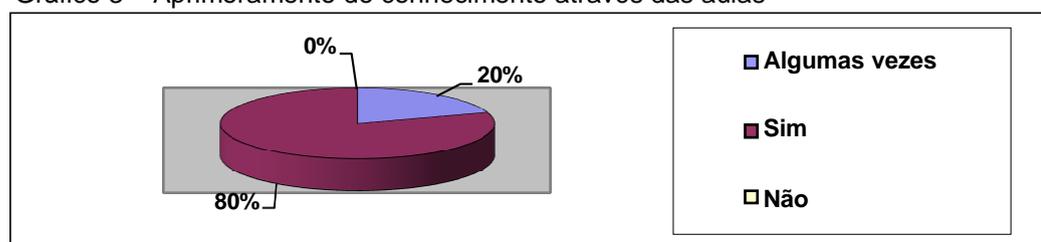
Fonte: produzido pelos autores

A resposta dos alunos mostra que não há divisão, mas que todos os alunos concordam que há interação parcial entre o professor e a turma, tanto daqueles que estão na escola, quanto aqueles que passaram pelo processo e são ex-alunos da instituição. Observa-se que a metade deles concorda entre si que os professores interagem com a turma dando todo o apoio e orientação pedagógica necessária para a aprendizagem efetiva, já a outra metade da turma percebe essa interação algumas vezes, assim tornando efetiva a interação entre professor e aluno.

A pesquisa foi realizada através de questionário com perguntas objetivas, notou-se que os professores buscam estabelecer um vínculo pedagógico com os alunos. Porém, existe margem para se aprimorar essa interação, principalmente quando se trata de orientar os alunos sobre como devem realizar as atividades. É nesse momento que se percebe o quanto um professor do campo se revela um educador, mostrando o seu desempenho e total responsabilidade com a turma.

Outra pergunta direcionada aos alunos, foi sobre, se ao término das aulas o que eles assimilavam eram suficientes para aprimorar um determinado conteúdo. Os alunos ao serem indagado com essa pergunta foram ainda mais objetivos e revelaram o efeito que uma aula ministrada pelo professor pode causar principalmente no contexto teórico e com a prática as aulas sempre eram motivadoras.

Gráfico 3 – Aprimoramento do conhecimento através das aulas



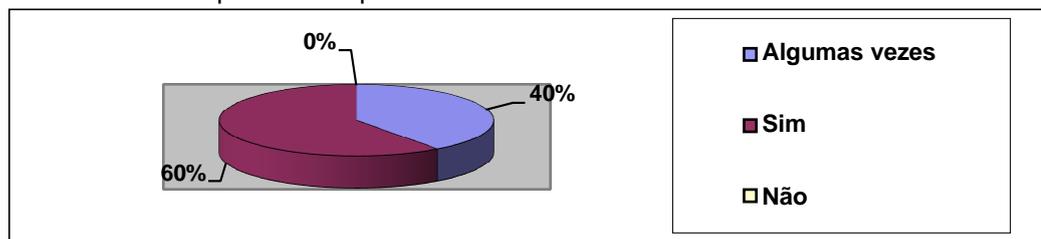
Fonte: produzido pelos autores.

A partir das respostas dos alunos observa-se que os participantes afirmaram que ao término das aulas sentem que o conhecimento que tem sobre determinado conteúdo realmente melhorou, pois acreditam que se ampliou o conhecimento e este se tornou cada vez mais aplicável ao cotidiano, “[...] porque aprendemos na prática que não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização; e também já aprendemos que na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado” (CALTART, 2002).

A única ressalva feita pelos alunos refere-se à necessidade de incluir mais aulas práticas, pois os professores ainda se detêm muito na teoria sem fazer uma transposição adequada do conteúdo para a realidade do aluno, o que esvazia a força do ensino ministrado na sala de aula.

Em seguida questionou-se junto aos alunos se os pais costumam frequentar e participar das atividades da escola.

Gráfico 4 – Frequência dos pais a escola



Fonte: produzido pelos autores.

A pesquisa de campo realizada junto aos alunos revelou que a maioria deles respondeu afirmativamente sobre a participação dos pais junto à escola. Porém, ainda que essa presença seja pouca e geralmente ocorre em datas comemorativas do calendário da escola ou então nas reuniões de pais e mestres. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal. “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Isso significa que a presença da família no cotidiano da escola é efetiva, pôr, uma vez que a parceria entre escola e família na educação campesina é fundamental, assim os pais estão mais próximos em acompanhar a educação de seus filhos, ou seja, na colaboração em projetos, reuniões entre outras atividades que são pertinentes aos pais.

Vimos nessa seção como foi à interação de pais e escola na vida dos alunos, assim relatados por eles, constatou-se a efetividade dos pais participando dos eventos importantes e acompanhado seu filho na escola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, percebeu-se que, objetivamente, a educação do campo acompanha as transformações ocorridas na sociedade onde a necessidade de sobrevivência leva muitos alunos a vivenciarem o processo de ensino e aprendizagem escolar e os problemas que o caracterizam.

Pode-se notar que a educação do campo, da forma como se encontra organizado, amplia as oportunidades de melhorar a aprendizagem dos alunos, gerando resultado direto da instrução que recebem durante este período fundamental para sua formação cidadã passado na instituição escolar.

Diante dessa questão educacional acredita-se que é necessária a mobilização em torno das políticas educacionais específicas que possam garantir não apenas o acesso, mas a permanência do aluno na escola, uma vez que o seu futuro depende das iniciativas dos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem.

À medida que os alunos participantes da educação do campo se envolvem de fato com o processo de escolarização e com os conteúdos apresentados referenciados em sua realidade, passam a perceber o quanto isso pode fazer a diferença na sua identidade, trabalho e sucesso em suas vidas.

O estudo realizado revela que todos os esforços feitos pelos professores que trabalham na EFAC através de metodologias dinâmicas, valorização do entorno, envolvimento das famílias e relação com o território contribuem diretamente na melhoria da aprendizagem dos alunos.

A contribuição do professor nessa questão é fundamental, pois os instrumentos teóricos e práticos são colocados à disposição desse profissional para que desenvolva um trabalho participativo que estimula o aluno a não desistir de seus objetivos educacionais e, acima de tudo, preparando esses cidadãos para ter parte nas mudanças sociais tão necessárias na sociedade.

O trabalho trouxe contribuições no sentido de que, a partir do conhecimento adquirido, percebe-se que a prática pedagógica em relação ao trabalho com a educação do campo pode ser aprimorado, reconhecendo que essa modalidade de ensino deve contar com a mobilização de todos os profissionais envolvidos com as atividades junto aos alunos deste segmento em favor de mais qualidade e recursos para o ensino.

A própria comunidade onde se localiza a escola também pode ser beneficiada, uma vez que os alunos como membros participantes desta, recebendo um atendimento de qualidade que destaque a preparação para a plena vivência cidadã, onde o reconhecimento dos direitos e deveres parte do processo de ensino e aprendizagem construídos ao longo dos anos nos estabelecimentos de ensino que ofertam a educação do campo com suporte na Pedagogia da Alternância.

Para o professor comprometido com sua profissão o importante é o bem-estar do aluno, não apenas como cidadão de direitos e deveres, mas como indivíduo pronto para enfrentar os desafios sociais existentes a partir do conhecimento acumulado e, assim, fazer valer seu direito de intervir na realidade a ponto de transformá-la.

A Pedagogia da Alternância ao utilizar uma metodologia diferenciada proporciona aos educandos uma formação para além dos conhecimentos científicos, pois agrega conhecimentos científicos e culturais, aspectos estes relevantes da formação humana, como convivência comunitária, trabalho coletivos, memória familiar, fortalecimento da identidade pessoal, entre outros, visando uma formação cidadã que contribua e dê condições para que ele possa permanecer no campo, mas com subsídios suficientes para transformar positivamente sua realidade local, atuado nas diversas áreas profissionais para o desenvolvimento do meio, onde reside.

A escola Família Traz essa contribuição social como movimento de luta e resistência por uma educação escolar diferenciada para as populações do campo, hoje reconhecida legalmente nos dispositivos legais da legislação educacional brasileira, fruto de anos de mobilização de lideranças locais que buscavam o reconhecimento legal de uma Pedagogia que olhava o ser humano integral, inserido em seu meio e o direito legal de ter políticas públicas educacionais específicas garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. F. **A escola popular e as dificuldades de aprendizagem.** São Paulo: Moderna, 2000.
- ANTUNES, L. C; MASSUCATTO, N; BERNARTT, M. de L. **A pedagogia da alternância no contexto mundial.** Disponível em: [www.xanpedsul.faed.udesc.br](http://www.xanpedsul.faed.udesc.br). Acesso em: 17 mar. 2019.
- BEGNAMI, João Batista. **Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil.** In: *Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável.* Brasília: UNEFAB, 2002.
- BENJAMIN, C; CALDART, R. S. **Projeto popular e as escolas do campo:** por uma educação básica do campo. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- BRANDÃO, C. R (Org). **A educação popular na Escola Cidadã.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação do Campo.** Disponível em <http://www.hebartigos.com>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.** Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Art.6. **Os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho.** Disponível em: [www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp). Acesso em: 11 mar. 2019
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003
- CECCOM, F. L. **Rendimento escolar na educação do campo:** senso e contra senso. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CHARLOT, J. L. **Avaliação do rendimento escolar:** perspectivas e dificuldades. Rio de Janeiro: Souza Associados, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GIMONET, J. C. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GOMES, A. L. **Formação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2009.

MENDES, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Vozes, 2001.

MOLINA, M. C. **Desafios para qualidade da Educação Básica do Campo**. 2006. Disponível em: [www.anpae.org.br](http://www.anpae.org.br). Acesso em: 02 ago. 2018.

ABDAL, A. **Sobre regiões e desenvolvimento: o processo de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 261. 2015.

PEREIRA, J. A. **Repetência, retenção e evasão escolar na educação do campo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, AL de T. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Saraiva, 2000.

PINTO, Á. V. **Sete Lições Sobre a educação do campo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

ROCHA, M. I. A; MARTINS, M. de F. A; MARTINS, A. A (orgs). **Territórios Educativos na Educação do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 113-128, 2013.

SOBREIRA, M. F. C. **Práxis e construção do conhecimento nos estudos sobre Pedagogia**. Disponível em: [www.locus.ufv.br/bitstream/handle/](http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/). Viçosa Minas Gerais, 2013. Acesso em: 17 mar. 2018

TEIXEIRA, E. S; BERNARTT, M de L; TRINDADE, G. A – 2008. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: [www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em: 17 jul. 2018.

VALE, Michael S. e NÓVOA, António (Org). Paulo Freire: **Política e Pedagogia**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1998.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (Professores)

**1 - Qual a sua formação profissional?**

---

---

**2 - Há quanto tempo atua educação do campo que tem como base a Pedagogia da Alternância?**

---

**3 - Você fez alguma especialização para trabalhar com a educação do campo (Pedagogia da Alternância)?**

---

**4 - O que você acha dos recursos que são utilizados na educação do campo (Pedagogia da Alternância)? Por que?**

---

---

**5 - Além dos livros didáticos, quais outros recursos que você utiliza na educação do campo (Pedagogia da Alternância)?**

---

---

**6 - Como conhece a realidade dos seus alunos?**

---

---

**7 - O material didático e os recursos pedagógicos que você utiliza estão coerentes com a realidade de seus alunos? Por que?**

---

---

**8 - Quais as dificuldades encontradas na sua jornada profissional?**

---

---

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO (Professores (Pais e/ou responsáveis dos  
alunos)

**1 – Como você vê a aprendizagem do seu filho na escola? Os professores  
passam pouca tarefa para casa?**

---

---

**2 – Como é sua participação na escola? Compareceu quando solicitado?**

---

---

**3 – Quanto ao desenvolvimento do seu filho na escola, o que você acha?**

---

---

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO (Alunos)

**1 – As aulas que você assiste são motivadoras?**

- Sim
- Não
- Algumas vezes

**2 – O professor interage com a turma dialogando, propondo aulas diferenciadas e orientando sobre as atividades?**

- Sim
- Não
- Algumas vezes

**3 – Ao término de cada aula, percebe que melhorou o conhecimento que tem sobre determinado conteúdo?**

- Sim
- Não
- Algumas vezes

**4 – Seus pais costumam frequentar e participar das atividades da escola?**

- Sim
- Não
- Algumas vezes

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO Ex – Alunos

**Endereço:**

---

---

**1 – Quando você estudou na EFAC as aulas que você assistiu foram motivadoras?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Algumas vezes

**2 – O professor interagia com a turma dialogando, propondo aulas diferentes e orientando sobre as atividades?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Algumas vezes

**3 – Ao término de cada aula, percebeu que melhorou o conhecimento que teve sobre determinado conteúdo?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Algumas vezes

**4 – No tempo que estudou seus pais costumavam frequentar e participar das atividades da escola?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Algumas vezes

**5 – Seus professores explicavam bem os assuntos a ponto de não deixar dúvidas para você?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Algumas vezes

**6 – Sentiu alguma dificuldade de aprender os conteúdos repassados pelos professores? Quais?**

---

---

---

---

**7 – Em que mudança em sua vida na agricultura refletiu o que você aprendeu na EFAC?**

---

---

---

---